



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA N.º 14/2009

----- Acta da reunião ordinária realizada aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e nove. -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Julho de dois mil e nove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores Excelentíssimos Senhores, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Quaresma Pinheiro e António José Ascensão Fraga. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso não se encontrava presente por se encontrar de férias, falta que foi considerada justificada. -----

----- De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos: -----

**1. Intervenção dos Municípes.**

**2. Período antes da ordem do dia.**

**3. Aprovação da acta da reunião anterior.**

**4. Apreciação da obra “Do Choupal... Até à Beira” de Dr. José Adelino Gomes Leitão.**

**5. Proposta de celebração de Protocolo com o Condomínio do Prédio sito na Rua Dr. Afonso Costa, n.º 4.**

**6. Proposta de atribuição de subsídio extraordinário à ADM – Associação Desportiva de Manteigas, para realização do *Torneio 24 Horas Futsal 2009*.**

**7. Assuntos tratados por subdelegação.**

**8. Outros assuntos.**

**Intervenção dos municípes.**-----

----- Inscreveram-se os Municípes Manuel Rabaça Pinheiro, Mariana de Matos Figueira, Fernanda Isento Pereira, Armandino Suzano para usarem da palavra na reunião, tendo o Senhor Presidente autorizado. -----

----- O Munícipe Manuel Rabaça Pinheiro iniciou a sua intervenção cumprimentando o Executivo da Câmara Municipal bem como o público presente, agradecendo a oportunidade que lhe foi dada para falar. Informou que os assuntos que trazia já deveriam ter sido tratados em reunião anterior, visto que já se tinha inscrito no mês passado, mas por ter de cumprir horários, ao contrário de outros, só agora os pode expor. Informou que trazia alguns recalcimentos, anteriores e também alguns assuntos novos. Começou, no entanto, por felicitar a Câmara



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Municipal por trazer a Manteigas o programa “Verão Total”. Saliou que:” tem por esperança que o programa seja para tentar tirar Manteigas do abismo onde caiu e não para tirar dividendos políticos de pseudo campanhas eleitorais, conforme se consta pela vila.”-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Município que expusesse as questões e interrogasse o Executivo sobre o que desejava saber. -----

-----O Município informou que há quatro anos, por sua iniciativa, trouxe a esta Câmara o director da Volta a Portugal em Bicicleta; Comunicou que há quatro anos não havia dinheiro para estas iniciativas e que hoje vemos que estas iniciativas acontecem. Aconselhou a que não seja monopolizado o microfone do Jorge Gabriel conforme são monopolizadas as páginas do Boletim Municipal, onde saem cerca de 30 fotografias da mesma pessoa. -----

-----O Senhor Presidente voltou a solicitar que colocasse as questões que entendesse, ao que o Município acedeu. Continuando a sua exposição referiu que trazia alguns assuntos que lhe pareciam de pertinente importância, nomeadamente a questão do vidro, tendo referido que o vidro foi mudado de local e que hoje contem uma inscrição “Não tirem o vidro do Artur”. Desconhece o que significa. O vidro está repleto de lixo, de vidros, já está uma caixa anexa ao lado e convinha que amanhã levassem lá o Hélder Reis com a câmara para filmar a fim de que todo o povo veja. -----

-----O Município continuou apresentando alguns assuntos de interesse público para Manteigas já expostos em tempos. Na acta número oito, de vinte e três de Abril de dois mil e oito, consta pela primeira vez o assunto do declive na ponte do Centro de Saúde ao que Senhor Vereador José Pinheiro respondeu, na página cento e cinquenta e sete, que iria ser rectificado. Contudo, na acta número vinte dois, de vinte e seis de Novembro de dois mil e oito, consta novamente o apelo para o assunto e na página trezentos e sessenta e sete é referida a resposta do Senhor Vereador José Pinheiro, no sentido de que achava que o desnível não era assim tão grande e que só se notava se os bombeiros entrassem com grande velocidade. Na acta de vinte e dois de Dezembro, voltou a invocar o assunto e voltou a ser respondido, na página quatrocentos e um que em relação à rampa da ponte de acesso não se via que prejudicasse as ambulâncias, pois o declive só se notava se elas entrassem com grande velocidade. O Senhor Manuel Rabaça Pinheiro referiu que falou neste assunto porque, para ele, era uma ofensa para os bombeiros, pois as ambulâncias que têm ao seu serviço não são de tão grande qualidade, e que o local da ponte também não era assim tão largo de modo a permitir que os bombeiros entrassem com grande velocidade. Sobre o assunto o Município prosseguiu dizendo que este ano, véspera das eleições, o assunto foi rectificado, o que é sinónimo de alguma coisa. Prosseguiu dizendo que, à semelhança do que fez o Doutor Pacheco Pereira em Lisboa, que se foi recensear a Santarém para não votar no Santana Lopes, ele também já se tinha vindo recensear a Manteigas, e a sua



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

residência oficial é a rua Doutor Constantino Freitas; é a rua onde há cerca de quatro anos, também o senhor Vereador José Pinheiro lhe mandou pedir autorização ao dono do terreno do lado para ele construir uma garagem. De seguida questionou se o escritório da Dicrafel, e estando alguém a representar o Sector de Obras da Câmara, também pediu ordem ao Senhor José d'Avó e ao Mário que está na Suíça, se o senhor José Adelino pediu ordem também ao vizinho do lado e se seria só ele que tem de pedir ordem ao vizinho do lado. Referiu ainda que já várias vezes se ouviu nas reuniões de Câmara Municipal, acusações de que perante determinados assuntos, se adoptam dois pesos e duas medidas e que, neste momento, contradiz esta tese. O que se passa é que a Câmara Municipal não têm nem peso nem medida, tratam os Munícipes conforme os vêem. -----

De seguida referiu que trazia dois ou três assuntos novos que lhe pareciam pertinentes, parecendo-lhe mal trazer só recalcamientos. Falando sobre as rotundas, afirmou que não era técnico para avaliar a qualidade da construção, nem que tal coisa lhe passava pela cabeça, porém, mencionou que elas estão rodeadas de grandes perigos, que conhece outras localidades onde uma rotunda se faz em dois meses, com o devido arranjo e o ajardinamento da mesma, e que aqui já não se sabe há quanto tempo andam em obras. Vêm os emigrantes, pelo que convinha que a rotunda, principalmente a da entrada da vila, fosse devidamente sinalizada e que fosse terminada a obra, porque vão ocorrer ali, acidentes com certeza. -----

Prosseguindo para outro assunto, relatou que, por motivos de serviço foi ao posto de vigia do Gorgulão e foi pela estrada do Vale de Sameiro. Num dos locais da estrada, no lado nascente, verificou que a obra tem um acabamento; No lado poente, tem um acabamento que lhe pareceu mau porque foi colocado muito areão em cima do alcatrão, bastando um pouco de travão para os carros irem parar imediatamente à valeta. Logo de seguida questionou sobre o motivo pelo qual a mesma obra tem dois tipos de acabamentos. -----

Para acabar, falou do assunto do Carrascal. Referiu que recebeu uma carta da Câmara Municipal, com data de trinta do doze de dois mil e oito, onde lhe comunicaram que se tentará encontrar uma solução definitiva para o problema. Prosseguindo, disse que trouxe cá a carta do senhor advogado da parte contrária, o Dr. Germano Fernandes, e que já leu; O advogado da outra parte dá-lhe razão, o que é inédito; Só a Câmara Municipal é que não lhe dá razão. É que, de facto, diz que ali sempre houve uma servidão de passagem ao longo do muro de suporte. Escreveu uma carta, agora no final de Junho, à Câmara Municipal, solicitando esclarecimentos sobre o assunto, onde lhe foi respondido que o assunto foi remetido para apreciação dos competentes serviços. A primeira lição que retira é a de que a Câmara Municipal se auto intitula de incompetente. Já têm o parecer do gabinete jurídico, está escrito em acta, têm o parecer em



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

acta da Chefe da Divisão e Planeamento. Hoje, vem aqui perguntar quais são os competentes serviços para isto. -----

-----Finalmente afirmou que não gostava da palavra coveiro e que seria útil que se comesçassem a chamar Técnicos Cemiteriais aos coveiros, à “moda” das grandes cidades, e que eventualmente os enviassem a frequentar um curso de Técnicos Cemiteriais. -----

-----O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Mariana de Matos Figueira, que, informou que estava presente por causa da sua casa sita na rua Infante Dom Henrique. Comunicou que ontem foi lá uma vistoria devido a uma denúncia. Recebeu um aviso para comparecer ontem de tarde. Informou que a casa não é só dela, mas também de outra senhora que se encontra em França e que não compareceu, estando ela presente durante a vistoria. A Munícipe expôs uma reclamação sobre a denúncia apresentada por outro munícipe, sobre a sua casa, referindo que ele é que tem feito misérias sobre ela. Primeiro, fez um telhado mais alto do que o telhado da sua casa, apanhou mais ou menos um metro sobre ela encostando a habitação à sua janela. Seguidamente, prejudicou a casa da senhora Mariana de Matos Figueira com um tanque construído e encostado ao alicerce da mesma. A Munícipe referiu que isso não é permitido. Mais informou que havia um portão que servia para passarem se caíssem peças de roupa da janela a fim de as apanharem, ou para porem roupa a corar. Mencionou que esta situação já tem mais de cem anos. Continuando a sua exposição relatou que ele se assenhonorou de tudo e colocou um portão que fechou à chave.-----

Há sete anos atrás, a Munícipe pediu para fazer um conserto na sua casa, mantendo-a como era antigamente. Informou que já lá viveram quatro pessoas, e agora, sendo só para ela, nunca conseguiu arranjá-la como queria. Precisa de uma solução para a sua casa e para o tanque que foi construído, reforçando que o munícipe em causa tem de retirar o tanque. Questionou, igualmente, a razão pela qual ele foi dizer que na sua casa havia bichos. Explanou que ontem foram lá fazer a fiscalização e, estando o senhor engenheiro presente, perguntou-lhe se ele viu lá algum bicho. -----

-----O Senhor Engenheiro João Gabriel usando a palavra respondeu que não. -----

-----A Senhora Mariana retomando a sua exposição e perante a resposta solicitou que se tomasse uma providência, devendo o munícipe em causa retirar o tanque, porque está a danificar mais a sua casa.-----

Participou, também, que ele avançou a casa para a rua, não ficando a mesma ao seu nível. Ultimando, informou que a Senhora Arquitecta lhe tinha dito que não tinha o número de telefone da outra senhora, da Dona Encarnação que está em França e que lhe pediu para ela o trazer, a fim de entrar em contacto com a mesma. Referiu que tinha o número em sua posse para lho entregar. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Fernanda Isento Pereira, que, informou que apenas pretendia falar sobre um assunto, agradecendo a sensibilidade da Câmara para o mesmo, tendo em conta que se tratava de uma matéria muito delicada para ela. Trata-se da proposta que a Câmara Municipal fez para aquisição dos pavilhões da ex Sotave. Congratulou-se com isso, porque seria bom que a Câmara ficasse com aqueles pavilhões, tendo em conta que só enriqueceria o património da mesma. No entanto, a Múncipe achou que é um valor muito irrisório tendo em conta o valor patrimonial do imóvel. Sendo membro da Comissão de Credores, está a representar os trabalhadores que são munícipes e que merecem alguma consideração, visto que suportam uma dívida por causa da insolvência daquela casa. Dívida essa que ficou por pagar pelos ex administradores e dívida das indemnizações que lhes pertencem. Como é óbvio, esse valor não vai cobrir de forma alguma o dinheiro a que os trabalhadores têm direito, mas a Câmara, com algum esforço, talvez possa subir um pouco mais a “parada”, a fim de que os trabalhadores beneficiem um pouco mais da situação. Manifestou o seu receio de a Câmara correr o risco de não ficar com a casa, devido ao facto de os credores que exercem o direito de preferência não aceitarem. Crê que a Câmara está informada, visto que presume que o gestor da insolvência já mandou uma carta a comunicar qual o valor atribuído pela Comissão de Credores. A Múncipe não quis revelar o mesmo, pois partiu do princípio de que a Câmara já tinha conhecimento do valor, mas abaixo dele, seria muito difícil entregarem a verba. Não se trata somente dos pavilhões, mas também de duas casas embutidas. Se a Câmara subisse um pouco mais o valor não correria esse risco. Poderia vir a beneficiar de tal e poderia, igualmente, vir ali a criar, talvez, um parque industrial. Continuou dizendo que em tempos a Câmara Municipal comprou a fábrica do rio para o fazer e não o fez. Estaria agora ali uma oportunidade para o realizar por um mínimo de valor que, se calhar, um dia mais tarde, se pensasse nisso, iria talvez comprar a privados muito mais caro, do que o tecto que neste momento foi posto pela Comissão de Credores. Tendo em conta que não houve mais nenhuma proposta, apelam, no entanto, a Câmara estude bem o processo, que tenha em consideração que são trabalhadores que pertencem ao município e que ainda são muitos os que estão sem o dinheiro. Referiu que com a resolução do problema se poderia resolver também o problema desses mesmos trabalhadores. Concluiu agradecendo e disponibilizou-se para qualquer esclarecimento que possa vir a ser solicitado. -----

-----O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Armandino Suzano, que, usando da palavra referiu que o assunto dele é o mesmo do que o da Senhora Fernanda Isento Pereira. Parafraseando a mesma, referiu que foi corajoso a Câmara ter feito a proposta, muito embora haja que reconhecer que não chega sequer a dez por cento da avaliação inicial que foi feita. Comunicou, igualmente, que tinham uma proposta escrita para entregar que refere que, se a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara concorreu, ou fez uma proposta é porque está interessada. Se está interessada, é porque tem algo que pode lá instalar e terá potenciais investidores. Reforçou que a Câmara devia, na opinião deles, melhorar a proposta. É óbvio que deveria saber dos montantes mínimos, mas se não soubesse, estariam disponíveis para os dizer. A Câmara, na sua opinião, ao adquirir os pavilhões da Sotave poderia vir a rentabilizá-los directamente e indirectamente. Poderia melhorar aquilo que os trabalhadores poderão receber da massa insolvente. Referiu que tinha uma proposta para fotocopiar e entregar à Câmara. -----

-----O Senhor Presidente informou que não se trataria de uma proposta, mas sim de uma informação, tomando nota dela. Acrescentou que se tratava de uma intervenção pública e não de uma proposta. -----

O Senhor Presidente solicitou a sua inclusão na acta como sendo uma informação que os dois Múncipes prestaram na reunião relativamente à matéria que esteve em discussão, tendo estes concordado.-----

-----Apresenta-se em anexo a informação da Comissão de Credores da insolvência da Sotave:  
“Assunto: proposta

Exm<sup>os</sup> Senhores, Presidente da Câmara Municipal de Manteigas e Vereadores, no passado dia 16 de Julho reuniu a Comissão de Credores da Insolvente Sotave, a fim de se pronunciar sobre a proposta de aquisição das instalações da referida empresa, efectuada pela Câmara Municipal de Manteigas, que mereceu elevada consideração.

Todavia por unanimidade foi decidido que a referida proposta era de valor monetário reduzido se comparado com os indicadores mínimos previamente estabelecidos pela Comissão.

Porém, como o preço da oferta feita através da proposta da Câmara Municipal de Manteigas é inferior a 10% da avaliação inicialmente feita por uma empresa credenciada do distrito, os trabalhadores como potenciais primeiros credores veriam os seus créditos gravemente hipotecados.

Certos de que a CMM será o comprador preferencial e continua a estar interessada na aquisição das referidas instalações, podendo em nosso entender fazer rentabilizá-las no futuro, Armandino Martins Suzano e Fernanda Isento Pereira representantes dos trabalhadores na denominada Comissão vêm junto de Vossas Excelências propor o seguinte:

-Que a CMM faça nova proposta para a aquisição das instalações no prazo de noventa dias, devendo esta ser de valor superior de modo a atingir os montantes mínimos estabelecidos pela Comissão de Credores e assim indirectamente contribuir para a melhoria dos créditos dos trabalhadores.

Sem mais de momento, subscrevemos, atenciosamente.”



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----O Senhor Presidente, usando da palavra, iniciou a sua intervenção informando que ia evitar qualquer recalçamento relativamente a qualquer das intervenções na medida em que, quando se fala de Manteigas, deve-se ter o maior cuidado possível relativamente às matérias que são tratadas e à maneira como são abordadas. “Conforme nos vêm assim nos tratam e conforme a gente intervem, naturalmente assim seremos interpretados”. Pareceu-lhe que, de facto, alguém referiu:” o abismo onde caiu Manteigas”. Continuando, comunicou que as afirmações e os qualificativos ficavam com quem os produz e entre a primeira intervenção e a última intervenção verificou-se um intervalo de julgamento que cumpre a cada um fazer.-----

Relativamente à Volta a Portugal em Bicicleta, confirmou a presença de um senhor que queria fazer no concelho uma etapa da Volta a Portugal em Bicicleta, e que pedia, numa primeira intervenção, duzentos mil euros. O que considera um “roubo”. Já bastava utilizarem um espaço que é do concelho de Manteigas, uma zona apetecível em termos da Volta, e que ia dar qualificação à mesma, quanto mais ainda ter de pagar um montante exacerbado relativamente a esta matéria. Quanto ao programa Verão Total, o Senhor Presidente informou que o mesmo é da Televisão. A Câmara Municipal não teve nada a ver com a organização do programa, apenas suportaria os encargos inerentes às refeições e aos alojamentos de todos os intervenientes. ----- Quanto ao vidro, admitiu que o mesmo pudesse estar repleto, tendo comentado que ainda bem que o Senhor Município fez o alerta, mas que seria de referir que os vidros e a sua limpeza são da responsabilidade da Resiestrela. -----

-----No que concerne ao mesmo assunto, o Senhor Vereador José Pinheiro informou que o facto já tinha sido comunicado à empresa em questão.-----

----- Quanto à ponte do Centro de Saúde, o Senhor Presidente referiu que no que diz respeito aos Bombeiros, o Município não os representava mas que se representava a si próprio; Falar em nome dos mesmos parecia-lhe indelicado para com a corporação e que a mesma não lhe tinha feito chegar nenhum comentário. Reforçou dizendo que:”o comentário é seu, fica consigo e o senhor não o estenda à Associação, eu também sou Presidente da Assembleia e nunca a Direcção me comentou nenhuma matéria sobre isso.” -----

Relativamente às autorizações que lhe foram solicitadas no que concerne aos vizinhos, desconhece como foi com o escritório da Dicrafel, nem como o Senhor José Adelino fez. Agora quando um vizinho quer invadir a propriedade ou parte dela, ou limitação de parte, tem de tratar do assunto para que o outro não venha apelar a intervenção da Câmara Municipal, porque esta não se pode meter em assuntos de âmbito particular. -----

Relativamente às rotundas e os vários perigos não estarem sinalizados, o Município foi informado que as mesmas já estão feitas e que estão todas sinalizadas com a convencional



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sinalização. Falta acabá-las, mas a forma como estão, designadamente a da entrada, pretende reduzir a sinistralidade, na medida em que passam lá mais de cinquenta camiões de alto porte.-- Relativamente ao Vale de Sameiro, o Senhor Presidente referiu que não é a mesma obra, que se estava a falar de dois caminhos diferentes, o Caminho do Vale e o Caminho do Cemitério, pertencentes a duas empreitadas diferentes. Num foi aplicado betuminoso a frio e noutra foi aplicado betuminoso a quente. Aquilo que o Município viu é selante e que com a passagem da chuva ele será diluído. Portanto não é a mesma obra. -----

Quanto ao Carrascal o Senhor Presidente exprimiu o seu desagrado em relação ao comentário que o Município tinha tecido sobre o assunto, admitindo que de facto ele estaria com algum recalçamento em relação a alguém da mesa. Esclareceu que os serviços competentes são aqueles que têm capacidade e conhecimento, e visto que o Município e a Câmara não tinham a mesma opinião, ambos contrataram os serviços de um advogado. Continuou dizendo que o Presidente não tem de ter conhecimentos para o tratamento de todas as matérias que são tratadas na Câmara Municipal. Para isso existem os gabinetes técnicos. -----

Quanto à designação dos Encarregados do Cemitério, informou que se trata de uma designação nacional e não se pode inventar designações para os nossos profissionais. -----

Falando do assunto da Senhora Mariana Matos Figueira que reclama da sua casa, sita na rua Infante D. Henrique, e que foi vistoriada ontem, o Senhor Presidente referiu que não sabia se foram apreciados todos os processos que foram referidos na sua intervenção, designadamente, a construção do tanque junto ao alicerce, e relativamente ao portão que terá impedido uma passagem que era comum e se, efectivamente, estas matérias estariam dentro do próprio espaço circunvizinho, ou se houve alguma desacomodação devido a algum avançar para partes indevidas. Sobre essa matéria o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Engenheiro João Gabriel um comentário, uma vez que esteve presente na vistoria. -----

-----O Senhor Engenheiro João Gabriel tomou a palavra e informou os presentes que a vistoria tinha sido feita apenas ao edifício da Dona Mariana e da outra co-proprietária no âmbito de uma queixa de um imóvel que estaria em ruína. Prosseguiu informando que o Auto de Vistoria já estava preenchido, mas que não estava assinado por todos os intervenientes, pelo que não o podia tornar público devido a ainda poder sofrer alguma alteração. Relativamente às questões colocadas pela Município em relação ao seu vizinho, comunicou que neste momento o projecto estava aprovado com algumas alterações, porque ele fez alterações que não estavam aprovadas inicialmente. Continuou dizendo que o processo teve várias participações da Câmara e também contra-ordenações, que o edifício não tem licença de utilização, e que ainda não está concluído o processo. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Mariana Matos Figueira interrompeu o Senhor Engenheiro João Gabriel para acrescentar que existem fotografias na Câmara, da casa antes de ele começar a obra e depois da obra.-----

----- O Senhor Engenheiro retomando a palavra continuou o seu esclarecimento, referindo que se o tanque foi construído em cima do alicerce da casa ou não, não se tinha conseguido verificar a olho nu. Informou que a construção do mesmo pode ir até ao limite do terreno. Se a posse do terreno é do senhor, ele pode construir até ao limite do terreno. -----

----- A Senhora Mariana voltou a interromper dizendo que aquela posse não era dele, e questionou a legitimidade de o vizinho construir o tanque junto à parede da casa dela tendo o Senhor Engenheiro elucidado que a questão da posse é dirimida noutra local que não na Câmara, assim como a servidão de passagem do portão e que, urbanisticamente, ele pode construir até ao limite do terreno. -----

----- A Senhora Mariana retorquiu dizendo que havia um caminho onde passavam para pôr a roupa a corar, tendo respondido o Senhor Engenheiro que era igualmente uma questão de legitimidade sobre de quem é a posse, e que a Câmara não se pode pronunciar visto que apenas trata das questões urbanísticas. -----

----- A Senhora Mariana insistiu dizendo que a casa já tinha mais de cem anos, que não estava cá porque vive no Rio de Janeiro, mas que quer vir para cá. Quando chegou, viu a casa desmoronada por culpa do vizinho e com material que meteu lá sem a sua permissão. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra e reforçou relativamente à posse e ocupação do espaço, que isso ultrapassava a Câmara Municipal, não podendo a mesma intervir. Podia ser criticável e julgável o projecto que foi licenciado. Relativamente ao litígio da ocupação do espaço, seja ele comum ou não seja, a Câmara não pode de maneira nenhuma ser chamada para intervir nesse processo.-----

----- No que concerne ao assunto das obras do escritório da Dicrafel e do Senhor José Adelino, o Senhor Vereador José Pinheiro esclareceu que foram feitas ainda antes de ele ser vereador, e se calhar ainda antes de existir o PDM. Foi dito ao Senhor Manuel Rabaça Pinheiro para pedir ordem ao proprietário a fim de alinhar o muro para poder lá meter a garagem. Questionou o Município, em questão, sobre se tinha metido um projecto da garagem na Câmara, ao que ele respondeu que não, que queria encostar o muro e que não lhe davam autorização para construir a garagem. O Senhor Vereador Pinheiro reforçou dizendo que quando o Município falou com ele, foi aconselhado a pedir autorização ao vizinho do lado, se precisasse de alinhar o muro, e meter um projecto da garagem na Câmara para apreciação, bem como a pedir ao vizinho autorização para encostar o muro, e fazer uma declaração para se poder aprovar a garagem, mas que o mesmo não o tinha metido.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Múncipe argumentou que não o tinha feito porque entretanto tinha tratado de outros serviços e que, ainda agora, o Engenheiro João tinha acabado de dizer que no caso concreto podia encostar ao outro, ao que o Senhor Vereador respondeu que um tanque com um metro de altura não tinha nada a ver com uma garagem que se salienta sobre o terreno de outrem. -----

O Múncipe voltou a argumentar que a sua garagem ficaria nivelada em relação ao terreno do vizinho do lado, conforme lá está o terraço, tendo o Senhor Vereador chamado a atenção para não se confundirem as duas situações. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara voltou a tomar a palavra e disse que relativamente ao assunto trazido pela Senhora Fernanda Isento Pereira e pelo Senhor Armandino Suzano, a Câmara Municipal teve conhecimento da hasta pública, sabia quais eram os valores base fixados para a mesma e que voltaram a ser transmitidos relativamente à base de licitação. No entanto, o Senhor Presidente não sabia quais eram as prioridades relativamente aos credores. Que nada lhe foi transmitido sobre isso. A Câmara Municipal entendeu que estava ali um património com história, com algum possível aproveitamento e potencialidades. Não sabia se haveria outros concorrentes ou candidatos pelo que não tem projecto de ocupação. A Câmara quer fazer um Centro Lúdico-Termal, no local da Etar, tem que retirar a oficina e os armazéns e necessita de um espaço para o efeito. Também na praça, lugar da Mostra, está limitado e é relativamente pequeno, pelo que já não se pode expandir mais porque já não há espaço possível. Prosseguiu dizendo que visto assim em abstracto, a Câmara entendeu que o valor que propôs tinha duas justificações: primeiro, era o que a Câmara podia dar relativamente às suas limitações financeiras, e por outro lado achou que era viável para aquilo que, à partida, a Câmara Municipal pretendia, a que poderia juntar um ou outro empresário da construção civil que não tem o seu estaleiro ou armazém para os seus materiais. -----

O Senhor Presidente continuou e informou que já tinha uma listagem de projectos relativamente à Fábrica do Rio, e que nas instalações da Sotave também se podia alavancar um ou outro processo de investimento. Comunicou, igualmente, que parece que se avizinham algumas hipóteses de investimentos de alguns empresários que querem, numa ou noutra especialidade, localizar-se em Manteigas. Portanto, poder-se-ia ali encontrar uma solução relativamente a esses investimentos, até porque a Câmara Municipal tem para os investimentos um programa especial de apoio logístico. -----

Informou que a Câmara sabe qual foi a avaliação inicial e que se está num mercado e numa época em que este tipo de aquisições e imobiliário é relativamente pouco procurado; Que Manteigas não é uma terra de passagem e mesmo em termos de fixação de empresas existem dificuldades. Mesmo empresas fixadas suscitam questões sucessivas relativamente ao transporte para os grandes eixos viários e também para as grandes pontes e plataformas de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

distribuição. Prosseguiu dizendo que isto foi o que a Câmara tinha entendido que seria o mais correcto. De facto, a Comissão de Credores no seguimento da Assembleia Geral fez uma carta delicada, dizendo que agradeciam a intervenção da Câmara Municipal relativamente à matéria, mas que do ponto de vista da Assembleia, a matéria financeira era relativamente modesta e que portanto, aguardariam que reequacionássemos todo o processo; Adiaram noventa dias para uma nova hasta pública para que o processo pudesse evoluir, financeiramente, para melhor e para bem de todos os credores. Continuou referindo que a Câmara não tem projectos específicos para o efeito, que sabe que há oportunidades de utilização daquele espaço inquestionavelmente, mas não sabe efectivamente se a Câmara poderá dar mais. O valor a liquidar teria que ser negociado e esta é uma matéria que teriam também que decidir, na medida que é uma verba que nem está prevista no orçamento da Câmara Municipal para o ano corrente. Mas agora, a Câmara tem noventa dias para poder, sobre esta matéria e sobre a intervenção deles, equacionar uma proposta e que terá o cuidado de a fazer chegar a todos os vereadores. Achou que é uma matéria nobre, e que é um espaço industrial que já está caracterizado para o sector secundário. Já não é preciso incluir na revisão do PDM. Acrescentou que tinham um espaço misto em Santo António, de habitação e também industrial, mas com fortes limitações, porque tem área habitacional e industrial. Quem tem ali uma habitação, não pode estar sujeito a fortes ruídos, portanto estes são, em Manteigas, em conjunto com a Fábrica do Rio e a Fábrica de São Gabriel, os três espaços caracterizados em PDM como zona industrial. Por isso a Câmara estaria disponível para comprar o espaço para os investidores. Se puder, alargar a sua parte de oferta relativamente à compra, ver-se-á. Finalizou dizendo que é da máxima oportunidade a sua intervenção e felicitou-os por serem da Comissão de Credores. -

----- A Senhora Fernanda usando da palavra referiu que, se viam tanto potencial no espaço, ao adquiri-lo por aquele valor, então se tornava no negócio da China tendo em conta que, por lei, os trabalhadores são os primeiros credores contemplados para receber os seus valores. Se a Câmara Municipal quer qualidade de vida e dar estabilidade seria bom rever os valores. Referiu que a mesma deve ter em conta os munícipes que são credores. Os noventa dias iriam ser abertos a novas propostas, e que durante esses noventa dias deveria haver uma tentativa de melhorar os valores. -----

----- O Senhor Armandino usou da palavra para questionar o Senhor Presidente se estava ao corrente dos valores, como então iria fazer o negócio tendo em conta que teria de obedecer ao publicitado pela Comissão de Credores, ao que ele respondeu que a Câmara não tinha intenção de alienar, de fazer negócio, de fazer concorrência a quem quer que fosse. A Câmara estaria dentro dos seus propósitos a tentar fazer uma avaliação em função das suas capacidades financeiras e das suas necessidades. Sabe que há outros credores, como por exemplo a Caixa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Geral de Depósitos que também é um parceiro, e dado a lisura do processo, distribuir-se-ia uma cópia do documento que apresentaram aos Senhores Vereadores e que, certamente, alguém haveria de agendar esta matéria para uma próxima reunião. -----

-----A senhora Guilhermina Roque pediu o uso da palavra, apesar de não estar inscrita, ao que o Senhor Presidente assentiu depois de consultar os membros da Excelentíssima Câmara. -----

-----A Muniçipe apresentou uma reclamação relativamente a um monte de pedras existente no Largo dos Pereiras. Informou que já lá torceu um pé ao ir buscar água à Levada Nova. Perguntou por que razão o monte de pedras e de terra não era de ali retirado. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que é um processo que se encontra numa fase final de expropriação contenciosa, que teve alguns sobressaltos de índole jurídica em termos de interpretação, dada quer pela Direcção Geral da Tutela, quer pelas Estradas de Portugal que estão neste processo com a Câmara, quer pelos advogados da Câmara. Frisou que é com grande pena da Câmara que o processo está atrasado, mas que de acordo com a última informação do advogado e do Gabinete Jurídico da Câmara, que está por dias o processo de avaliação e já está feita a convocatória para avaliação *in loco*, e na medida que estamos perante uma desafecção para toda a vida, *perpetuam rei memoriam*. Pensa que estará para breve. No dia vinte e nove, vai fazer-se a avaliação, depois de outras avaliações que já aconteceram. Explicou que os tribunais e os Juízes são um poder autónomo e tiveram uma interpretação diferente dos organismos da tutela, da Direcção Geral da Administração Local, dos advogados da Câmara. A Câmara tem de se submeter ao superior julgamento dos juízes que, efectivamente, sobre esta matéria têm maior pendor e o poder legítimo para decidir. -----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usou a palavra para tecer algumas considerações sobre as situações apresentadas. Disse que não se iria referir a algumas informações *ad latere* mas que se iria referir às questões concretas, tanto às questões levantadas pelos Muniçipes como também da forma como o Senhor Presidente fez, depois, a sua análise. -----

Em relação à informação do Senhor Manuel Rabaça Pinheiro, iria colocar apenas uma questão que considera única e exclusivamente responsabilidade da Câmara. Não iria falar da questão do acesso ao Centro de Saúde, porque já foi por demais falada e todos perceberam a diferença de opinião manifestada por alguém que faz parte da maioria do Executivo, e que, o que importa, é que de facto a obra já foi feita e hoje o concelho está mais bem servido com aquela ligação que está perfeitamente otimizada sendo até a rua alargada. Não se iria referir as outras questões que se levantaram, mas sim nomeadamente à pretensa construção que o Muniçipe pretendia fazer na sua propriedade. Continuou dizendo que foi respondido por alguém da Câmara que falasse com o seu vizinho e lhe pedisse autorização, ou para alinhamento ou para implantação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Parece-lhe que isto não é procedimento que se use noutras câmaras municipais. À Câmara Municipal compete decidir, independentemente da relação entre vizinhos. Ela tem que analisar as questões em concreto e não andar a pôr os munícipes em confronto uns com os outros. Já percebeu que há, por vezes, esta tentativa de resolver as questões desta forma: os vizinhos que se entendam. Reforçou que, na sua opinião, esta é uma responsabilidade exclusivamente da Câmara. As pessoas apresentam as suas questões na Câmara e é esta que tem de dirimir todas as questões seja com quem for. Se porventura há atropelo aos interesses de um vizinho, é a Câmara que tem de os acautelar. Já se sabe que não é a primeira vez que nos confrontamos com situações deste tipo, até que venha um dia em que de facto, a Câmara entre naquilo que é o rigor das coisas e no que é a justiça social, o que é a justiça para todos, de igual forma. Nesse dia as coisas passarão, seja esta Câmara ou seja outra Câmara, a fazer-se de forma correcta. -----

Depois passando para a questão da Dona Mariana, recordou-se que esta questão foi por si levantada há cerca de dois anos, dois anos e meio, e também pelo Senhor Vereador António Fraga, momento em que a Munícipe lhes endereçou uma carta, da qual deram conhecimento à Câmara Municipal. Nessa carta, a Senhora Dona Mariana sentia-se injustiçada com aquilo que estava a acontecer junto da sua propriedade. No entanto, depois de todas as questões levantadas sobre esta matéria, dir-se-ia que a transgressão até compensa. Até hoje ainda não se sabe qual foi a decisão em relação a um processo de desobediência qualificada que esta Câmara moveu através dos meios judiciais contra um determinado munícipe, vizinho da Senhora Dona Mariana. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se saberia de alguma coisa, porque ele ainda não sabia de nada e, porventura, o tribunal poderia ainda não ter decidido. Mas um facto é que a Câmara reconheceu que havia desobediência qualificada, ou seja, houve um auto de embargo levantado e as obras continuaram com total desrespeito para com o projecto que estava, então, aprovado. O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho lembrava-se que já tinha trazido à reunião a questão do alinhamento e da deficiente implantação do imóvel, que estaria mal do ponto de vista de alguns populares que ali moram há longos anos e do ponto de vista da Junta de Freguesia; Eles próprios consultaram alguns documentos e algumas fotografias, de alguns anos a esta parte, constatando que o imóvel estava implantado para além daquilo que era a propriedade legítima do seu proprietário. Estava implantado na via pública, tendo-se tentado convencê-los com determinados alinhamentos, que não teria sido assim e que ainda teria dado algum espaço à via pública. O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho referiu que não ficou minimamente convencido, e pode verificar-se nas actas anteriores através daquilo que lhe foi dito no que diz respeito à implantação. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por outro lado, é claramente visível que há um atropelo à construção da Senhora Dona Mariana, porque lhe foi tapada uma janela que há muitas décadas ali existia. Quem quiser verificar a existência daquela janela, é só deslocar-se ao restaurante “O Abrigo” onde se pode ver, na parede, uma fotografia da casa da senhora Dona Mariana, com a janela perfeitamente exposta para o terreno deste Município que construiu a casa que tantos problemas tem dado. Mais referiu, que o Senhor Engenheiro Gabriel tem razão e que a questão da posse é dirimida em tribunal, mas isto não tem a ver com posse. Tem a ver com factos que a Câmara tem de observar. Tudo o que não proteja situações de tapamento, ou o encobrimento de um vão que não sirva para outra coisa senão dar claridade e não para dar vistas sobre outra propriedade, é proteger a transgressão. O Senhor Vereador prosseguiu dizendo que não sabe o que vai mencionar a vistoria que efectuaram à casa da Senhora Dona Mariana, dado que o Senhor Engenheiro referiu que ainda não há resultados concretos. Mais disse que é legítimo que as Câmaras Municipais verifiquem os imóveis que possam estar em ruína ou que possam oferecer perigo a quem circula ou a quem vive nas imediações. É perfeitamente legítimo que a Câmara o faça até mesmo sem o pedido dos vizinhos. O que o Senhor Vereador achou estranho é que o imóvel estava à vista de todos, há muitos anos, e que a Câmara não o tenha feito por sua iniciativa, tendo-o feito através de uma denúncia ou de uma queixa feita por alguém que também tem telhados de vidro. Se a Senhora Dona Mariana tem um imóvel que ameaça ruína, a Câmara teria que, forçosamente, tomar algumas medidas sobre esta matéria, mas teria de tomar medidas também para a protecção dos seus direitos que vem reclamando há muito tempo através de uma carta que se encontra arquivada na Câmara. -----

No que diz respeito às antigas instalações da Sotave, na última reunião já manifestou a sua opinião, no entanto convinha dizer que o Senhor Presidente falou na Fábrica de São Gabriel e referiu que conheceram um ante projecto, ou pelo menos um plano de intenções para aquele espaço. Em relação à fábrica da Sotave, confrontaram-se apenas com a pretensão de compra, sem qualquer tipo de projecto pré-concebido para a ocupação daquele espaço. Esclareceu, igualmente, que o representante do Sindicato disse que todos os vereadores tinham conhecimento dos valores, mas, tiveram conhecimento dos valores sem qualquer tipo de discussão prévia. Souberam, via Internet, por uma mensagem que lhes foi enviada e confrontaram-se com a situação de facto em reunião de Câmara. A maioria estará legitimada para o fazer, o Senhor Presidente da Câmara tem competências para isso, mas o assunto não foi discutido e foram colocados perante um facto consumado. A proposta já tinha sido apresentada.-----

O Senhor Vereador também achou era importante que a Câmara desse um destino àquelas instalações e não procedesse como relativamente à Fábrica do Rio, para a qual tem intenções,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pois tem um projecto, mas que actualmente está a um quinto ou sexto daquilo que era previsto na intenção inicial. Seria importante que a Câmara Municipal olhasse para as instalações da Sotave, como um potencial espaço para instalar as empresas que queiram ali instalar-se, mas com um projecto prévio de redimensionamento ou subdivisão dos espaços. Também entende que a Câmara Municipal tem de olhar a dois factores importantíssimos antes da respectiva aquisição: um deles tem a ver com a realidade sócio-económica do Concelho e dos seus municípios, e outro tem a ver, também, com o seu potencial económico próprio, ou seja, da Autarquia. Com a sua potencialidade económico-financeira, saber se tem potencialidades para a compra daquele espaço. Também é verdade que as informações que foram dadas não vão de forma alguma de encontro às pretensões dos trabalhadores. Não lhes foi dito que se estava a comprar aquele espaço para ressarcir os trabalhadores. Entenderam, igualmente, que não era esse o pretexto para a compra, porque se assim fosse, a Câmara teria de pensar bem, quem iria ganhar com a oferta que fez e não seriam os trabalhadores. Continuando, questionou se se iria deixar especular o preço por outros potenciais interessados e oferecer mais dinheiro só para se beneficiar os trabalhadores, ou se se ia olhar aos interesses do Município e tentar comprar pelo valor mínimo possível. A Câmara tem de pensar muito bem como vai fazer a sua aquisição. Se estes dois interesses puderem ser compatibilizados, melhor. Os trabalhadores seriam ressarcidos de algo que lhes é devido e a Câmara Municipal teria ali um espaço a custos inferiores em relação ao inicialmente pedido e podia ali instalar empresas. Concorda com o Senhor Presidente quando diz que são duas questões não perfeitamente compatíveis e que é extremamente difícil geri-las. Mas há que tomar as decisões certas no momento certo, há que decidir. Acha que a Câmara Municipal, com discussão interna, será capaz de, com a intervenção de todo o Executivo, com a aceitação de diversas propostas e, também, com o pensamento dos diversos membros do Executivo, chegar a uma solução para esta matéria. -----

Voltando ao assunto da Senhora Dona Mariana, referiu que infelizmente cada um de nós tem de ter, um guardião e uma protecção na Câmara Municipal, nos funcionários, mas que porventura, a responsabilidade máxima não seria deles, dado que estão no exercício das suas funções, sob a administração de quem gere a Câmara Municipal que é o seu Presidente. Em circunstâncias deste tipo caberia à Câmara acautelar os interesses não só da Dona Mariana mas também do seu vizinho. Caberia à Câmara acautelar os interesses de uma forma igual, a fim que não haja dois pesos e duas medidas. -----

----- O Senhor Presidente retomando a palavra informou que se há um Município que quer fazer um alinhamento de um muro utilizando parte de um terreno de um vizinho, no mínimo, não para interesse do Município, mas para seu interesse, teriam que, entre si, driblar as circunstâncias, ou trocaria, ou negociaria, ou pediria. A Câmara Municipal não tem de se meter. Se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

efectivamente se trata de um bem de utilidade pública, as coisas têm umas circunstâncias, se se trata de bens que são de utilidade privada, naturalmente compete aos privados gerir as mesmas. Depois informou que o Senhor Vereador Pinheiro iria esclarecer a questão do alinhamento. -----

-----O Senhor Vereador Pinheiro usando a palavra esclareceu que o Senhor Manuel Rabaça Pinheiro, quando foi falar com ele sabia como estava o muro e para ter enquadramento só fez o alinhamento do mesmo, com autorização do dono. A seguir, tinha de fazer um projecto e metê-lo na Câmara para apreciação e esta decidiria se poderia aprová-lo ou não. Prosseguiu esclarecendo que o Município estava a falar do tanque que não tem servidão de vistas, e que queria fazer a garagem num espaço onde está um terraço e o terraço tem servidão de vistas. Portanto, teria de ter autorização do proprietário ou então teria de ter um muro com um metro e oitenta para não ter servidão de vistas. -----

-----O Senhor Manuel Rabaça Pinheiro referiu que o muro tinha sido alinhado há doze anos e meio e que tinha testemunhas disso, nomeadamente o Senhor Humberto Leitão e o Senhor José Mamede Cleto e que tinha falado com o Senhor Vereador sobre a garagem e que até tinha cá vindo o Senhor Arquitecto Saraiva. -----

-----O Senhor Vereador José Pinheiro respondeu que há doze anos e meio, não fazia parte do Executivo e que a garagem tem servidão de vistas para o terreno do vizinho e que tinha de ter autorização. -----

-----O Senhor Presidente usou da palavra e referiu que as coisas têm de ter rigor e justiça; O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho disse que não ficou convencido com as justificações apresentadas por técnicos deste Município; Pois o maior rigor que esta Câmara Municipal pode apresentar é assumir como legítimas, as posições que os técnicos deste Município possam adoptar, na certeza de que eles informam de conformidade com a lei e que a lei é respeitada. Relativamente à justiça, o Senhor Presidente informou que a justiça é um valor que procura e que defende, como humano e como político. No entanto, a aplicação da justiça de alguma maneira, pode prolongar situações que são injustas. Sobre o rigor prosseguiu referindo que quando lhe fazem uma proposta ou dão um parecer e lhe dizem que está de conformidade com a lei, o rigor está defendido; Agora, isto não leva a que a transgressão até compense como foi dito. Prosseguiu dizendo que o processo, ainda, está a decorrer e que continua em apreciação, em duas áreas: a jurídico contenciosa em tribunal e outra relativa à legalização e legitimação do projecto que está colocado na Câmara Municipal e em apreciação pelos técnicos. Informou que não é verdade, como foi dado a entender, que os funcionários desta Câmara tenham alguma submissão aos políticos em termos técnicos e da legalidade do processo. Lançou um desafio:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Alguém conhece algum técnico ou funcionário que tenha sido pressionado em termos de poder faltar ao rigor porque haveria indicações nesse sentido? Se sim deve ser dito. -----

Quanto à carta que deu entrada da Dona Mariana, esta foi incluída nas discussões que aqui foram produzidas relativamente à posse do terreno bem como a possível invasão da propriedade privada e pública em conjunto com os técnicos da Câmara, os que têm legitimidade e liberdade para dar parecer técnico em obediência à lei. No que respeita aos imóveis em ruína que a Câmara conhece tem que determinar a posse dos mesmos, fazer as notificações, que são morosas, e ainda saber, exactamente, quem são os titulares dos mesmos. -----

Relativamente à fábrica da Sotave, prosseguiu dizendo que o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho não foi impedido de fazer uma proposta ao Executivo para apreciar, antes de esta matéria ter sido tornada pública. Já é a segunda hasta pública que aconteceu depois de uma cujo valor inicial todos nós considerámos exacerbado. Portanto, a hasta era do conhecimento público e o Senhor Vereador poderia já ter feito uma proposta para ser discutida e em que, efectivamente, se estudasse essa matéria. O Executivo é visto como um todo e nunca se impediu que entrassem propostas dos seus Vereadores. Se tivesse feito uma proposta certamente que teria sido considerada e votada. -----

Relativamente à Fábrica do Rio informou que não vai ter só um quinto de ocupação. Irá ter mais ocupação, do que estava previsto. Já foi apresentado um projecto relativo ao Centro de Energias Renováveis, com zona de incubação de empresas de energias renováveis, com a fabricação de briquetes, a transformação de óleos alimentares, a eólica, a micro-geração e também a mini-hídrica que já está adjudicada ou em vias de contratação, admitindo-se que, neste Inverno, já esteja a funcionar. Esta Câmara tem receptividade sempre que haja um projecto inovador e qualificado.-----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho falou que havia questões novas que gostaria de comentar. Na última reunião de Câmara disse ao Senhor Vice-Presidente que os Vereadores desta casa também deviam ter conhecimento dos potenciais investidores que aqui se deslocam, com o interesse de se fixar em Manteigas. Se ele tivesse os conhecimentos que a Câmara tem (muito embora tenha obtido um conhecimento por alto, não por lhe ter sido fornecida a informação pela Câmara e ter tido alguma dificuldade em obtê-la, dado o secretismo, tendo-a obtido após algum esforço) teria apresentado uma proposta consubstanciada, com os locais perfeitamente definidos, onde se iriam instalar os armazéns da Câmara e ou as empresas de panificação. Isto requer um projecto minucioso de subdivisão daquelas instalações, sob pena de os investidores não saberem onde serão instalados. -----

-----O Senhor Presidente referiu que não fazia como o Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho que tinha feito promessas de emprego indevidas durante a campanha e que não as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tinha cumprido ou que manteria postos de trabalho na Sotave. Só depois de ter a certeza de que há investimento é que poderá falar. Até lá tem que haver segredo por isso nada foi dito ao Senhor Vereador. O Senhor Vereador respondeu que não prometeu empregos a ninguém -----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho prosseguiu dizendo que em relação à habitação que foi construída com algumas irregularidades e que está a ser alvo de alguns processos, não só na Câmara, como também a nível judicial, ainda agora tinha sido dito e reconhecido pelo Senhor Engenheiro João Gabriel que a casa estava habitada sem licença de utilização, e não lhe parece que tenha por isso sido alvo de algum processo de contra-ordenação. Colocou a questão relativamente ao tanque que lá está, se também não carecia de licenciamento. Ele acredita que face à legislação em vigor se possa construir um tanque num logradouro, mas com a devida licença. -----

Em relação à Fábrica do Rio afirmou que o que está a acontecer, neste momento, representa apenas um quinto da ocupação. Foi apresentado um projecto elaborado por um técnico da Associação de Municípios da Cova da Beira, a que o Senhor Presidente da Câmara preside, uma apresentação fabulosa que a concretizar-se, seria muito positivo para o Concelho de Manteigas, mas que infelizmente, não passou daí, apenas da apresentação do projecto. O que constatou, porque pediu o projecto na última reunião, é apenas a recuperação da mini hídrica, apenas da reparação da parte eléctrica, sem qualquer obra de construção civil. É verdade que se trata de um projecto conjunto e que a Câmara o tem nas suas intenções, como tem intenções há dezasseis anos, de outros projectos que vai anunciando. O que a Câmara estaria efectivamente a fazer, foi lançar um concurso para recuperação da mini hídrica da Fábrica do Rio e mais nada e que todo o resto das energias renováveis não consta do projecto que está a ser desenvolvido actualmente. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que em relação a este assunto, o projecto está candidatado ao QREN e que já está aprovado o financiamento para o mesmo. -----

-----O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho prosseguiu dizendo que o projecto já foi posto a concurso e tudo o que vai ser desenvolvido é o que consta nele. Achou que o projecto é interessante, mas que não contribui muito para o desenvolvimento económico do Concelho, porque vai criar poucos postos de trabalho, mas que pode de facto ser um pólo de atracção turístico em determinadas áreas, nomeadamente as áreas ambientais, se viesse a ser construído, o que não vai acontecer. É um projecto interessante, mas que neste momento só tem em curso apenas a construção da mini hídrica, É mais uma promessa -----

-----O Senhor Presidente avançou dizendo que o senhor Vereador estaria a confundir desenvolvimento económico com emprego. Desenvolvimento económico não significa emprego e a título de exemplo referiu que a Espanha tem muito mais desemprego proporcionalmente que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Portugal e é mais desenvolvida economicamente. O desenvolvimento económico não passa por aí mas sim por muitas outras vertentes.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho comentou que o desenvolvimento económico passa por aquilo que se recebe no final do mês, e que se não houver trabalho, não há potencial económico e que lhe parece que o mesmo só vai para o bolso de alguns. -----

----- O Senhor Presidente retorquiu que não era bem assim e que visse o exemplo do governo PS (Partido Socialista) onde parecia que os grandes empreendimentos só iam para os grandes monstros económicos.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga usou a palavra para referir que iria fazer três pequenos comentários. Em relação ao que o Senhor Presidente tinha dito referente às promessas não cumpridas, o Senhor Vereador informou que nunca fez promessas a ninguém, nem em campanha, nem sem campanha. “Os Senhores é que prometeram uma piscina há mais de dez anos, que ainda não se viu para além do esboço. “-----

----- O Senhor Presidente interrompeu o Senhor Vereador Fraga para referir que não tinha sido tratada nenhuma matéria relacionada com a piscina, ao que o Senhor Vereador respondeu que o tinha usado para citar um exemplo referente ao comentário das promessas feitas e não cumpridas. O Senhor Presidente questionou, novamente, o Senhor Vereador António Fraga sobre quando estava nas termas como médico, o que já tinha lá feito para que as piscinas tivessem surgido aquando do entrave do INATEL.-----

----- O Senhor Vereador António Fraga referiu que o Senhor Presidente estava a confundir a piscina exterior com a piscina interior das termas. E que no caso da piscina interior das termas, que já lá devia estar há muitos anos, podia-se consultar o Senhor Doutor Graça, a Senhora Doutora Manuela Espírito Santo que passaram pelo INATEL, o Senhor Dr. Alarcão Troni com quem teve uma conversa sobre a utilidade da piscina exterior municipal, solicitando-lhe antes de uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara que tentassem chegar a um bom compromisso para o bem de Manteigas e do INATEL.-----

Quanto ao rigor, o Senhor Vereador nem quer ouvir falar que haja submissão dos técnicos aos políticos. Eles têm a sua sabedoria própria, os seus conhecimentos próprios, isso não se põe em causa, agora as decisões políticas é que podem ser mais ou menos certas. Quando foi a questão da apresentação do mapa sobre a implantação na rua Infante Dom Henrique e o mesmo foi posto em causa, o Senhor Engenheiro Afonso referiu que havia uma diferença de meio ou um centímetro; Foi, então, alertado para o facto de meio ou um centímetro, conforme a escala, poder representar mais de um metro. Deseja que fique claro o rigor. A verdade é que alertaram para uma implantação deficiente vista igualmente por dezenas de Manteiguenses. Em terceiro, o Senhor Vereador ouviu o Senhor Engenheiro João Gabriel dizer que o processo ainda



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não estava todo resolvido e que ainda não tinha licença de utilização, etc. Como todos sabem que a casa está habitada e abastecida com água, o Senhor Vereador perguntou qual era o contador usado.-----

-----O Senhor Presidente informou que a casa tinha um contador já antes das obras. -----

-----O Senhor Vereador António Fraga avançou mostrando a sua admiração pelas informações prestadas, que ora se tratava de um contador de obra, ora se tratava do contador antigo da casa, o que achou estranho. Depois teria sido instalado um contador e que se lembrava da Senhora Arquitecta referir em reunião que não estava ao corrente de nada em virtude de se encontrar de férias, mas finalmente ficava esclarecido que a casa tinha contador. -----

-----O Senhor Presidente disse que no que diz respeito a este caso, há uma matéria que está sob a égide da justiça, há outra matéria que representa o rigor técnico que tem de ser exigido, e há outra matéria que são possíveis os direitos que são reclamados da Dona Mariana, destes três um é o terceiro vértice do triângulo. Um diz respeito à legalização do projecto a cargo dos técnicos, outro é uma desobediência que foi feita à Câmara Municipal que está a seguir a tramitação judicial, outro é um dos pares do terreno que se sente lesado e quer fazer exercer os seus direitos e não respeita à Câmara. -----

**Período antes da ordem do dia.**-----

-----O Senhor Vereador António Fraga usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

1. Como primeiro, chamou a atenção para a estranheza de uma resposta dada ao Senhor Vicente Pires. Leu em voz alta uma carta da Câmara dirigida ao Munícipe em questão, assinada pelo Senhor Vereador José Pinheiro, referente a umas obras de ampliação que, segundo a carta, aparentavam cumprir o projecto aprovado em 2001. No entanto, no mesmo alçado foi alterada uma janela sem existir no processo qualquer referência à mesma. O Senhor Vereador António Fraga questionou o Senhor Vereador José Pinheiro, se o Munícipe estaria a cumprir ou não, ou então, se já não seria preciso apresentar projectos, fazendo-se o que se quer e depois mais tarde tudo seria legalizado. Ele aparentava estar a cumprir, no entanto teria de apresentar novo processo de licenciamento tendo em conta que o outro já caducou, tendo, como se sabe, quarenta e cinco dias para regularizar. Referiu, igualmente, que o final da carta informa que o Regulamento para o Centro Histórico não prevê ampliações em altura. Curiosamente a casa ao lado da referida, cresceu e bem em altura. O que lhe parece estranho, é que aparentemente tudo estava a ser cumprido, exceptuando uma janela, mas que nem constava do processo. O que lhe parece é que o projecto não estava a ser cumprido.-----

-----O Senhor Engenheiro João Gabriel pediu ao Senhor Vereador para ler novamente o parágrafo e comentou que o ofício estaria provavelmente mal redigido e que a alteração da janela já existia.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador António Fraga leu, de seguida, e comentou que a alteração poderia existir, mas que se tratava de uma alteração substancial que deveria, no seu entender, constar do projecto. Ou seja, em vez de uma janela pequena, existia agora uma janela grande. Ele também já tinha visto a fotografia anterior e o que existe agora. -----

----- O Senhor Engenheiro esclareceu que os técnicos da Câmara nunca conseguiram aceder ao lote do vizinho e que tiveram de ver da estrada com alguma dificuldade, bem como o fiscal não conseguiu efectuar as medições porque aquilo está encaixado num quarteirão, mas que de qualquer das formas o projecto de 2001 estava caducado e o Município irá ter de licenciar a intervenção que lá fez. A obra está embargada à espera que se licencie durante o prazo concedido para o efeito, embora exista e conste do projecto, um projecto daquele imóvel aprovado pelo IGESPAR contemplando aquela alteração substancial, que é a alteração em altura. Relativamente à referência à pequena alteração, se calhar o ofício foi mal redigido. É a questão da dimensão do vão que, aparentemente, foi alterada. A questão seria essa e porventura o português não seria o melhor.-----

2. O Senhor Vereador António Fraga continuou dizendo que num concelho vocacionado para o turismo chama a atenção para a lavagem e limpeza das ruas no Verão. E tendo em conta que o Verão já começou, muito embora o calor seja relativo, chama a atenção para o cheiro nauseabundo de alguns contentores. Independentemente de quem seja a responsabilidade, para ele em primeiro lugar é da Câmara, ou pelo menos a Câmara tem de intervir e chamar a atenção para quem tem de efectuar esses procedimentos. Chamou a atenção porque julga que todos querem um concelho vocacionado para o turismo.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho usou a palavra para solicitar ao Senhor Presidente que o informasse, apenas para conhecimento, devido a haver muita especulação sobre esta matéria, sobre o Pólo Turístico da Serra da Estrela atendendo a que o Senhor Presidente da Câmara exerce o cargo de Presidente da Assembleia Geral do mesmo, porque ouviu na comunicação social que o Supremo Tribunal Administrativo terá tomado uma decisão em relação ao recurso apresentado pela Câmara da Covilhã e outros.-----

2. Em segundo lugar referiu que foi abordado por um Município de Manteigas que estaria com um conjunto de pessoas que se deslocaram à Serra da Estrela e que pretenderam, previamente, saber se podiam transitar na E.N. duzentos e trinta e oito; Não o conseguiram fazer porque a GNR ter-lhes-á dito que, uma vez que ali existem placas de proibição de trânsito, de viaturas pesadas de transporte de mercadorias e passageiros, obviamente que não o poderiam fazer. Curiosamente passaram lá três autocarros de passageiros uma semana antes, tendo os motoristas arriscado a pagar a multa visto que as placas estavam lá e ainda lá continuam. Ter-lhe-ão dito que era necessário que alguém justificasse a razão porque as placas ainda lá estão. O que é certo é que por vezes passam lá viaturas e a estrada não é fiscalizada, o que significa que se há risco, essas viaturas estão em perigo. Por outro lado, algumas são impedidas de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

passar porque, previamente, perguntam se podem passar. Há aqui duas situações completamente diferentes. Mesmo tendo a ver com o Instituto de Estradas de Portugal, nomeadamente com a Direcção de Estradas da Guarda, que terá dado indicações para a colocação das placas, o Senhor Vereador perguntou se tecnicamente alguém tinha conhecimento da necessidade das placas, ou seja, se neste momento já há algum relatório da Direcção de Estradas da Guarda que refira que as placas são, efectivamente, necessárias; Poderá ainda, haver desprendimentos dos taludes subjacentes à estrada, ou esse perigo já foi eliminado, por acção natural da própria vegetação? Quis saber se há um relatório da Direcção de Estradas porque lhe parece que existe “o jogo do empurra”. Sendo isto da responsabilidade do Instituto de Estradas de Portugal e independentemente da acção governativa do actual Governo do Partido Socialista, qualquer reclamação que seja feita pela Câmara Municipal de Manteigas teria de certeza absoluta o seu apoio porque não tem problemas nenhuns em pugnar pelos interesses de Manteigas seja contra quem for. -----

3. Por último, o Senhor Vereador referiu que foi levantada a questão do programa “Verão Total”, não sabendo os termos em que o programa foi negociado para emissão a partir do Concelho de Manteigas, mas o que sabe é que traz custos para o Concelho. Sabe, já que é uma forma de promoção do Concelho e que no ano passado já houve programas do “Verão Total” e que teria sido bom que já tivesse sido feito o ano passado e este ano também. Isto demonstrava claramente o interesse da Câmara na promoção turística do Concelho. Este ano só acontece, por motivos ligados ao calendário eleitoral. Gostaria de saber quais são os custos com a logística, qual o orçamento desta despesa.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara usou a palavra começando por responder à questão relativa ao programa “Verão Total”. Informou que os circuitos do programa “Verão Total” são de livre escolha da RTP e que foram abordados no sentido de que estariam a caminhar para esta parte do país e se efectivamente estaríamos interessados em fazer uma mostra do Concelho de Manteigas. Equacionaram e viram se era rentável como forma de divulgação e de atractividade, entenderam-se e da nossa parte houve a aceitação. Foram eles que nos disseram que queriam um representante da cultura, das ilustres pessoas ligadas à escrita, da igreja, ao artesanato, empresas constituídas ou a constituir, ou seja, propuseram um conjunto de figuras que eles entenderam a fim de serem entrevistadas. Deram-lhes os vários nomes possíveis, sendo que os convites definitivos ficaram incumbidos à RTP. O Senhor Presidente solicitou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Gabriela Cravinho que providenciasse os valores inerentes à despesa. Esta veio a informar que o custo era de mil setecentos e setenta e cinco euros.-----

Prosseguiu dizendo que relativamente à E.N. trezentos e trinta e oito, o turismo deve ser estudado pela sua implantação, pela sua dimensão, pela capacidade de atractividade e pela sua rentabilidade. Nesse aspecto, já há dois estudos feitos: um com Salamanca Diputación e outro feito pela Região Centro com Castilla e León, relativamente àquilo que devem considerar



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

turismo e turístico. Não há dúvida que a indústria do turismo, para Portugal, tem um peso significativo, num total de vinte e três vírgula quatro por cento do PIB. Infelizmente a Região Centro é uma região extremamente debilitada em relação a esta matéria porque o nosso espaço e a capacidade de atractividade são pequenos. Setenta e cinco por cento do nosso turismo é feito em três zonas do país, nomeadamente no Algarve, em Lisboa e na Madeira, e estes são só nove e meio por cento do território. Continuou informando que nós não temos a chamada atomização do turismo. A atracção turística não pode ser constituída por pequenas parcelas, nem temos uma noção de conjunto turístico, temos menos camas do que a região do litoral e a taxa de ocupação é metade da taxa de ocupação de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Madeira. Avançou dizendo que temos um conjunto de insuficiências porque não equacionamos o turismo como um produto a vender e que ainda não pensamos no turismo numa verdadeira dimensão do mercado. Sobre a E.N. trezentos e trinta e oito e na perspectiva do que tinha acabado de referir, prosseguiu dizendo que se trata da melhor estrada que servirá este desiderato de circulação e de atomização de mais do que um lado da serra, esta será e é aquela que, efectivamente, nos faz mais falta. Continuando, disse que era intenção da senhora Coordenadora das Estradas de Portugal que, já durante o mês de Julho, houvesse entrada em obra relativamente às barreiras dinâmicas. Trata-se de embolsamentos nos taludes para evitar as quedas. Quando foi informado de que a estrada, ainda, estava interrompida e após ter sido contactado pela empresa, que ganhou o concurso, para obter algumas informações sobre a estrada, a fim de efectuar algumas obras, o Senhor Presidente ficou convicto de que a mesma estava fechada porque iriam entrar em obras. Foi com espanto que mais tarde se apercebeu que a obra ainda não tinha sido adjudicada, mas que o seria a breve trecho e que esta parte de contenção dos deslizamentos seria para começar de imediato. No entanto, veio a saber que, de acordo com os relatos que existem da Direcção de Florestas e também das Estradas de Portugal, os deslizamentos podem ocorrer durante todo o ano, com principal incidência no Inverno e era por isso mesmo que iriam agora colocar as chamadas barreiras de segurança. Parece que o projecto não é fácil na concepção nem tão pouco na intervenção. Pensa que ter-se-á de averiguar se as obras são para breve ou não, e em consequência pedir para se retirarem as placas. No Inverno compreende-se, no Verão nem tanto. -----

Relativamente à outra pergunta, informou que antes da criação do Pólo Turístico, a RTSE teve uma comissão instaladora que era a antiga comissão da Região de Turismo da Serra da Estrela. Propuseram os estatutos, conformados com a lei para depois serem homologados e aprovados em assembleia que com a composição das entidades que poderiam integrar o futuro Pólo Turístico da Serra da Estrela. Conforme o estatuto integraram o mesmo, a Turistrela e um conjunto de entidades particulares e oficiais que a Câmara da Covilhã e a Câmara do Fundão entendiam que eram pouco representativas em termos regionais, por isso não subscreveram. Entendiam que esta era uma forma habilidosa de obter votos para o apetente candidato a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

presidente do Pólo Turístico. Nessa altura apresentaram uma queixa ao Secretário de Estado da Tutela dizendo que não concordavam com a constituição e depois apresentaram uma providência cautelar, para que efectivamente não pudesse ser criado o Pólo. Ao que parece, então, não terá sido dado provimento à providência cautelar apresentada pela Covilhã e pelo Fundão. De seguida, a fim de esclarecer a dúvida, o Senhor Presidente telefonou para o Senhor Presidente da Direcção do Pólo a indagar sobre a notícia que circulou nos meios de comunicação social. -----

-----O Senhor Presidente esclareceu os presentes, após o telefonema, que houve um primeiro recurso para o Tribunal Administrativo de Castelo Branco relativamente à constituição do Pólo em termos de parceiros. O Tribunal de Castelo Branco disse que as Câmaras da Covilhã e Fundão, não tinham legitimidade para se oporem. Agora só para aferir da sua legitimidade, ou não, as Câmaras interpuseram recurso no Tribunal Administrativo Central. E este deu-lhes legitimidade para interporem recurso, significando que agora vai correr novo pedido de impugnação. -----

### **Aprovação da acta da reunião anterior.** -----

-----Achada conforme foi a acta da reunião anterior aprovada, tendo sido dispensada a sua leitura por o texto ter sido, previamente distribuído. -----

### **Apreciação da obra “Do Choupal... Até à Beira” de Dr. José Adelino Gomes Leitão.** -----

-----Foi presente o pedido do Senhor Dr. José Adelino Gomes Leitão onde solicita a apreciação e financiamento da publicação da brochura “Do Choupal...Até à Beira”. -----

Analísado o pedido, foi deliberado, por unanimidade, pela Câmara Municipal, retirar este ponto da Ordem de Trabalhos e agendá-lo em tempo oportuno para uma próxima reunião. -----

### **Proposta de celebração de Protocolo com o Condomínio do Prédio sito na Rua Dr. Afonso Costa, n.º 4.** -----

-----Para efeitos de aprovação do Protocolo com o Condomínio do Prédio sito na Rua Dr. Afonso Costa, n.º 4, foi presente a Informação/Proposta n.º 142/2009/JG que a seguir se transcreve: -----

“Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se que:

1. À semelhança de outros anteriores condomínios em idêntica circunstância, o Condomínio do Prédio Sito na Rua Dr. Afonso Costa, n.º 4, solicitou apoio à Câmara Municipal para a reabilitação do seu prédio, nas partes comuns do mesmo, nomeadamente nas fachadas e cobertura.
2. Para o efeito apresentou três orçamentos, que se resumem no quadro seguinte:

<b>Empreiteiro</b>	<b>Valor total (inclui IVA)</b>
--------------------	-------------------------------------



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

JAPinheiro	6.910,00€
Henrique dos Anjos da Silva	6.700,00€
Pombo & Salvado, Lda.	6.410,00€

- De acordo com o protocolado em casos semelhantes, o Município comparticipa em 50% do valor total das obras do melhor orçamento, ou seja,  $50\% \times 6.410,00\text{€} = 3.205,00\text{€}$  (incluindo IVA), podendo o condomínio optar por outro orçamento mais dispendioso, no entanto, o valor da comparticipação da câmara não superará este valor.
- Apresenta-se em anexo proposta de minuta de protocolo a celebrar com o Condomínio do Prédio Sito na Rua Dr. Afonso Costa, n.º 4, para apreciação em reunião da câmara municipal.

### **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA RUA DR. AFONSO COSTA, N.º 4**

Ao abrigo do disposto no artigo 13º, nº 1, alínea i) da Lei 159/99 de 14 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições em diversos domínios, entre eles no domínio da habitação. Aos órgãos municipais compete, nos termos do artigo 24º do citado diploma, promover programas de renovação urbana, garantir a conservação/manutenção do parque habitacional privado, designadamente através de incentivos.

Por outro lado, nos termos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, nomeadamente da alínea m) do nº 2 e da alínea b) do nº 4 do artigo 64º, compete à Câmara Municipal, assegurar a manutenção do património urbanístico do município e, no âmbito de actividades de interesse municipal, apoiar ou comparticipar actividades de natureza social.

Uma das áreas que têm vindo a merecer grande envolvimento da Câmara Municipal tem sido a da habitação social, quer pela promoção de novos equipamentos, quer no apoio que tem sido dado à recuperação de imóveis degradados e pintura de fachadas.

Em complemento destas acções e constatado o estado dos blocos de habitação colectiva existentes no Município, a Câmara Municipal dispõe-se a colaborar na requalificação destas estruturas habitacionais (ocupadas na sua esmagadora maioria pelos chamados “trabalhadores pobres” da indústria têxtil, reformados e pensionistas), viabilizando em simultâneo, a intervenção no próprio património do Município, em alguns dos Bairros Sociais.

Assim, em face do enunciado, estipulam-se as seguintes cláusulas:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**1ª** A Câmara Municipal de Manteigas reconhece o direito dos seus munícipes a usufruírem de uma habitação condigna;

**2ª** A Câmara Municipal constata que existem no Concelho blocos habitacionais que se encontram em mau estado de conservação no que respeita às coberturas, às fachadas e às partes comuns, com graves efeitos de insalubridade no interior das habitações;

**3ª** Na generalidade, verifica-se que os proprietários e inquilinos dos blocos habitacionais têm rendimentos *per capita* baixos, pelos motivos sociais constantes do preâmbulo deste protocolo;

**4ª** Os proprietários e inquilinos dos blocos habitacionais referidos, nos casos em que não o tenham ainda feito, deverão organizar-se de modo a constituir o condomínio de acordo com a legislação em vigor;

**5ª** Para efeitos de comparticipação, os administradores dos condomínios comprometem-se a solicitar pelo menos três orçamentos das obras a realizar que submeterão a apreciação do Presidente da Câmara;

**6ª** Os apoios da Câmara traduzir-se-ão nos seguintes domínios:

a) Apoio jurídico à constituição dos condomínios;

b) Verificação e levantamento das necessidades de intervenção em espaços comuns, com vista à determinação das obras a efectuar;

c) Comparticipação em 50% do valor orçamento da melhor proposta - 6410,00€:

**3.205,00€ (três mil duzentos e cinco euros).**

**7ª** A Câmara compromete-se a liquidar o valor previsto na alínea c) da cláusula 6.ª com o seguinte faseamento: a) adiantamento no início da obra - 10% do valor orçamentado; restantes pagamentos – de acordo com autos de medição realizados pelos serviços técnicos.

**8ª** As presentes cláusulas não têm efeitos futuros e caducam com a conclusão da intervenção que vier a ser efectuada pelo Condómino;

**9ª** A necessidade de intervenção, a descrição e a medição das obras a realizar e a medição dos trabalhos efectuados, serão da responsabilidade dos técnicos da Câmara Municipal que apresentarão informação e proposta ao Presidente da Câmara para despacho;

**10ª** O presente protocolo não afasta a possibilidade de os inquilinos e proprietários dos Condóminos apresentarem candidaturas ao Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, para a melhoria das condições de habitabilidade das suas fracções.

Manteigas, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009

O Presidente da Câmara Municipal

A Administração do Condomínio

Assim e em conclusão, de acordo com o exposto, propõe-se:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

I. A aprovação, em reunião da câmara municipal, da minuta de protocolo apresentada, após prévia cabimentação do valor de 3.205,00€ (inclui IVA) nas rubricas 2200 080802 do orçamento e 2 241 2006/16 do plano.”

----- Analisada a Informação/Proposta, foi deliberado pela Câmara Municipal aprovar, por unanimidade, a referida alteração.-----

----- O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho votou favoravelmente e quis deixar nota de alguns pormenores. Deu os parabéns à Câmara pela celeridade do processo, o que não acontece com outros, e noutras épocas e quis chamar a atenção para o facto do documento do condomínio não ter data, assim como a Proposta de Minuta.-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Proposta de atribuição de subsídio extraordinário à ADM – Associação Desportiva de Manteigas, para realização do Torneio 24 Horas Futsal 2009.**-----

----- A Associação Desportiva de Manteigas, solicita a concessão de um subsídio monetário (extra protocolo), para a realização do Torneio 24 Horas Futsal 2009, cuja organização é da Associação Desportiva de Manteigas.-----

----- O Senhor Vice-Presidente havia indicado um subsídio de idêntico valor ao do ano transacto no valor de quatro mil euros.-----

----- Analisado o pedido, a Câmara Municipal deliberou apoiar a iniciativa, atribuindo um subsídio no valor igual ao ano transacto, no valor de quatro mil euros, à Associação Desportiva de Manteigas, contribuinte nº 501 108 548, com sede em Manteigas.-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

### **Assuntos tratados por subdelegação.**-----

----- Foi presente a relação número 10/09 dos actos praticados por subdelegação do Senhor Vereador José Pinheiro.-----

### **Outros assuntos.**-----

----- Foi distribuída documentação relativa aos seguintes assuntos:-----

1. Hasta Pública para alienação de um prédio urbano sito na Estrada Nacional duzentos e trinta e dois, Freguesia de Vale de Amoreira, Concelho de Manteigas (Antiga Escola Primária).-----

O Senhor Presidente informou que a Escola de Vale Amoreira foi objecto de um projecto de arquitectura no sentido de ser elaborado um hotel rural.-----

O Senhor Esmeraldo Carvalhinho solicitou a consulta do processo, a consultar posteriormente.--

2. Comunicação via e-mail, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre o Ciclo Urbano da Água.-----

O Senhor Presidente informou que se considerava Sistema Verticalizado (alta de água, alta de efluentes, baixa de água, baixa de efluentes) que leva a que haja possibilidades de candidaturas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ao POVT (Programas Operacionais Valorização do Território) e ao Programa Operacional Regional do Centro. Esta é uma candidatura possível. As Águas de Portugal através das Águas do Zêzere e Côa vieram à Câmara Municipal de Manteigas ver e tomar conhecimento das infra-estruturas da baixa do sistema. Questionaram se haveria necessidade da sua substituição imediata ou a longo prazo, perguntaram se haveria algumas áreas que não estivessem cobertas. Fizemos sobre esta matéria todo um levantamento onde incluímos vários lugares e também as Penhas Douradas. O processo gere-se da seguinte maneira: as candidaturas são feitas após um protocolo com as Águas de Portugal, o que pressupõe um estudo e candidaturas em Setembro, e depois haverá, ou não haverá, aprovação. Se os municípios não quiserem depois avançar para a realização de um contrato, ficarão só pelo Protocolo e pagamento do estudo. No dia quatro de Agosto vem o Senhor Presidente das Águas de Portugal à Guarda, à Águas do Zêzere e Côa, apresentar quais serão os valores previsíveis para este financiamento durante vinte cinco ou trinta anos, qual será o investimento que caberá a cada concelho e, depois, qual será o valor social do Governo e o valor social de cada câmara. O Protocolo conduzirá, no mínimo, à elaboração de um estudo e, também, à apresentação de candidaturas. Subsequentemente, quem não quiser alinhar na candidatura ficará pelo estudo e terá de pagar a parte que lhe couber. Pensa que é uma matéria que cumpre o PEAASAR. Com estes estudos e estas formulações do Plano Integrado e projecto verticalizado, pensa que corremos o risco de ter sete a dez vezes o custo de Lisboa e das áreas metropolitanas. É o que veremos no próximo dia quatro de Agosto-----

3. Foi dado conhecimento da comunicação da Qualitividade sobre a avaliação da qualidade e satisfação do Município. -----

4. O Senhor Presidente informou os Membros da Câmara Municipal que a funcionária presente na reunião, a Senhora Fernanda Cardoso, era finalista do curso de Secretariado e Assessoria de Direcção, ministrado na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda e que estava a realizar o Estágio Curricular na Câmara. Questionou os presentes se não se importavam que se tirasse uma fotografia para efeitos de inclusão no Relatório Final de Curso, ao que todos assentiram. -----

### **Finanças Municipais.** -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de mil quinhentos e setenta e um euros e seis cêntimos (€1.517,06). -----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezassete horas, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim

Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Recursos e de Desenvolvimento que a redigi.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

---

---

---

---

---